**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG**

**DIRETORIA DE PESQUISA**

**DIVISÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**DIVISÃO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

**PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM NÍVEL MÉDIO - 2023-2024**

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CONTESTADO: MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DA POPULAÇÃO TRABALHADORA**

Sandra Cristina Sonnenstrahl, PIBIC/ Fundação Araucária[[1]](#footnote-1)

Unespar/*Campus de União da Vitoria*, sonnenstrahlsansan@gmail.coml

Diane Daniela Gemelli[[2]](#footnote-2)

Unespar/ *Campus de União da Vitoria,* daiagemelli@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica - PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

**INTRODUÇÃO**

Tendo enquanto premissa identificar as dinâmicas que materializam o Contestado enquanto território, este trabalho busca compreender as memórias, trajetórias e histórias da população trabalhadora, que tem enquanto fator de identificação estruturante a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916, no território compreendido entre o Planalto Norte Catarinense e o Sudeste Paranaense e que permanece configurando as relações sociais e a dinâmica territorial, por isso defendemos que a Guerra continua. Segundo Fraga e Ludka (2012) este território ainda é tratado como “sertão inculto”, para a imprensa a região trata-se de um “cinturão de pobreza” cravejado nos estados do Paraná e Santa Catarina, perpetuando todo o estigma criado sobre essa população nos cenários antecedentes, decorrentes e posteriores à guerra que, por sua vez também mantém o conflito em torno da terra-território.

Dada a dimensão do território Contestado fez se necessário uma verticalização do estudo, sendo assim, foi selecionado o bairro São Sebastião localizado no município de União da Vitoria, Paraná. Essa escolha justifica-se em vista da situação socioeconômica dos moradores, da localização do bairro atravessado pela antiga estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, estando nas bordas da área urbana municipal. Tendo sua ocupação constituída, desde pelo menos o início do século XX, organizada em pequenas e médias propriedades rurais que aos poucos tornaram-se lotes urbanos pelo processo de especulação imobiliária, que vem avançando nas imediações da área central, o bairro tem sua população constituída principalmente por trabalhadores e trabalhadoras informais e/ou da indústria da transformação, que tem sua realidade marcada pela precarização das condições de trabalho e de existência social.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a construção desta investigação nos valemos do método materialista-histórico-dialético que orientou o levantamento bibliográfico e a sistematização das leituras, bem como os procedimentos metodológicos, com destaque para a análise de dados secundários e a realização de entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras.

Tendo por preocupação compreender as histórias de vida da população trabalhadora, que se estabeleceram/estabelecem temporalmente a partir dos processos e conflitos em torno da terra-território e da transformação do modo de vida, verticalizamos as ações da pesquisa com ênfase na realização de trabalhos de campo e entrevistas[[3]](#footnote-3) com trabalhadoras e trabalhadores no bairro São Sebastião, localizado no município de União da Vitória. A justificativa para tal seleção reside na inexistência de pesquisas científicas sobre o bairro e também encontra respaldo em sua estrutura socioeconômica, conforme discorremos na sequência do texto.

Para corroborar com as informações levantadas nas entrevistas a campo e para articular ao debate da continuidade do conflito, sistematizamos um conjunto de dados que se somam à análise das dinâmicas territoriais no Contestado a partir de alguns indicadores como: educação, renda, trabalho, acesso à terra.

Tendo essa estrutura organizativa teórica e metodológica, buscamos construir uma reflexão que contribua para a análise territorial do Contestado na atualidade articulando com a formação no espaço-tempo, tendo como centralidade os desdobramentos decorrentes da Guerra do Contestado.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**PARA COMPREENDER O PROCCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO**

“Foi em seus momentos finais que o Império brasileiro aprovou um projeto há muito acalentado pelo poder público, assinando-se o decreto que autorizava a construção de um caminho de ferro que faria a ligação da província de São Paulo ao sul do Brasil” (Espig, 2012, p. 852), a autora ainda salienta que o decreto n. 10.432 que autorizava a construção da ferrovia: “fazia cessão gratuita das terras devolutas que se encontravam ao longo das linhas, num total de 30 km para cada lado” (Espig, 2012, p. 852). Apesar das diversas cláusulas de diferentes aspectos contidas no decreto, a concessão das terras e liberdade de gozo sobre as mesmas tornavam a atividade atrativa. A estrada de ferro teve sua construção dividida em trechos, ou como é colocado pela autora “várias frentes de trabalho” sendo que os primeiros trechos ficaram a cargo da companhia *Chemins de Fer Sud Oest Brésiliens.* Em janeiro de 1907 a companhia norte americana *Brazil Railway Company* concluiu o processo de compra das ações da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande).

Aproveitando-se da oportunidade de gozo sobre as terras ricas em madeira ao longo da linha, Percival Farquhar, por meio da companhia *Brazil Railway Company,* implementa na região, hoje conhecida como Contestado, a *Southern Brazil Lumber Colonization Company.* A empresa tinha duas serrarias, uma localizada no município de Três Barras e outra no município de Calmon, o que devido seu poder de exploração fez com que as pequenas empresas da região se tornassem incapazes de competir deixando a população sobre o domínio do capital estrangeiro.

A *Lumber* passou a explorar uma área imensa e, devido à sua imponência, os pequenos serralheiros não podiam competir. A consequência foi a população ficar sob o domínio de uma única companhia estrangeira que bastante oprimiu com seus baixíssimos salários. A companhia também se envolvia no comércio de produtos alimentícios, vendendo nos seus armazéns comida para a população local (Fraga, 2016, p. 32).

Como também foi apontado pelo autor, a *Lumber* exercia domínio sobre as atividades econômicas locais, oprimindo financeiramente os trabalhadores que ocupavam aquele território, gerando certo sentimento de revolta.

Cabe evidenciar que o território conhecido atualmente como Contestado também era considerado um ponto estratégico para a segurança nacional, já que embora o Acordo de Palmas assinado em 1895, tivesse colocado um suposto fim a desconfiança das autoridades brasileiras em relação a Argentina, uma possível invasão ainda era temida, já que o território compreendido entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó permaneciam sem limites bem estabelecidos.

O espaço era pouco povoado, se caracterizando, principalmente como um instrumento de segurança nacional, visto que serviria para o imediato envio de tropas militares caso se concretizasse a suposição sempre existente de uma possível invasão argentina num território cujos limites nunca estiveram bem definidos (Amador, 2022, p. 499).

A invasão argentina nunca ocorreu, e a terra perdeu seu significado enquanto ponto estratégico. Todavia, com a Proclamação da República e a nova Constituição de 1891, os poderes sobre as terras devolutas passam a ser responsabilidade dos estados, os quais muitas vezes eram comandados por coronéis, vindo a refletir na maneira que a terra era ocupada.

A partir das mudanças nas políticas territoriais, que acabam por mudar o significado da terra, que passa de um mecanismo de sobrevivência para um bem extremamente lucrativo. [...] pois, agora a terra passa a ser vista como capital de investimento e um importante meio de diferenciação social (Rocha, 2021, p. 21-22).

A *Brazil Railway* que continha liberdade de gozo sobre as terras que permaneciam as margens da ferrovia também detinha a licença para a venda dos terrenos, aproveitando-se da mercantilização e alteração de significado na aquisição e uso da terra, a empresa passa a dar preferência na compra para imigrantes europeus que na época formavam suas colônias no sul do país.

A Brazil Railway [...] passou a explorar essas terras expulsando antigos habitantes que ali viviam na qualidade de posseiros, instalando também a Southern Brazil Lumber and Colonization Co. que tinha como objetivo extrair madeira na região e depois comercializá-la no restante do Brasil e no exterior. Além disso, a empresa ganhou o direito de revender os terrenos desapropriados às margens da estrada de ferro. Esses terrenos seriam vendidos preferencialmente aos imigrantes estrangeiros que formavam suas colônias no Sul do Brasil (Rodrigues, 2001, p. 17).

O autor ainda complementa:

A disputa se agravou quando a Brazil Railway ampliou o seu quadro de trabalhadores empenhados na construção da estrada de ferro. Em 1910, quando a ferrovia ficou pronta, a empresa demitiu os seus funcionários que passaram a perambular pela região aumentando com isso as tensões locais (Rodrigues, 2001, p. 17).

Neste contexto, um grande contingente da população fica descontente com as medidas autoritárias que vinham sendo tomadas sobre aquele território. A população cabocla que ocupava faixas desse território, na qualidade de “posseiros”, sente-se ameaçada ao ter sua lógica de existência que se organizava em torno da produção na terra, do consumo das coisas fornecidas pela natureza da extração da erva-mate, soma-se a esta população os trabalhadores da ferrovia que se viram abandonados à própria sorte ao finalizarem o trecho da EFSPRG que estava sob sua responsabilidade. Dado o cenário, essa população percebe a imposição de um sistema que excluía e/ou negava completamente sua existência e que mais tarde levaria a um genocídio.

Com a imposição de um enredo sobre a Guerra por parte da história oficial, é preciso sinalizar que existiu, no período do conflito, um processo de negação quanto à existência de grupos sociais no espaço litigado, por vezes, referindo-se ao território como sendo um vazio de gentes (Gemelli e Chmura, 2022, p. 60).

As pessoas envoltas no sentimento de revolta e ameaçadas, tiveram na figura do monge São João Maria o incentivo para lutar pelo seu direito de sobrevivência. Os monges João Maria e/ou José Maria, provavelmente foram três pessoas, sendo que suas atividades se misturam na memória da população, já que para a população era apenas um. Organizados em um povoado nas proximidades do município de Curitibanos no estado de Santa Catarina, liderados pelo monge, a gente já descontente é denunciada “por desejar o retorno da monarquia”.

A rivalidade entre os coronéis gerou da parte do coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, Superintendente de Curitibanos, uma queixa contra um possível agrupamento de fanáticos religiosos que, em sua denúncia, ansiavam pelo retorno da monarquia. Ao ser notificado o governador de Santa Catarina, Vidal Ramos (1909-1914), enviou um destacamento da Força Pública Catarinense à região. José Maria sendo avisado se retirou, estabelecendo-se nos campos do Irani, zona de litígio entre Paraná e Santa Catarina (Rodrigues, 2001, p. 17-18).

Nos campos de Palmas, na localidade de Irani, houve o primeiro conflito entre as forças públicas paranaenses e os caboclos, onde o monge José Maria e o Coronel João Gualberto, comandante do Regimento de Segurança, vieram a morrer. Os “rebeldes ou revoltosos” (denominação dada aos caboclos por parte da história oficial) ainda unidos em sua fé na figura do monge, formaram novos redutos enquanto aguardavam ansiosamente o retorno do mesmo, vindo a incomodar os coronéis locais e as forças públicas catarinenses e paranaenses, dado o rápido crescimento desses acampamentos.

Nesses redutos novos conflitos ocorreram, matando muitos e obrigando outros a se deslocarem e ocuparem novas áreas, essa população formada por homens e mulheres, crianças, jovens e idosos resistiu bravamente por longos 4 anos lutando com pedaços de paus, facões, e velhas espingardas.

Apesar da inferioridade numérica, os militares dispuseram de melhor aparelhamento bélico, assim, utilizavam canhões, metralhadoras, bombas, espadas e fuzis, contra facões de pau, velhas espingardas, mosquetões, e revólveres dos sertanejos, mas defrontam-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por pessoas conhecedoras do terreno e da natureza, numa verdadeira guerra de guerrilha (Fraga, 2016, p. 32).

A Guerra do Contestado, pela narrativa da história oficial, tem seu fim marcado pela assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, ocorrido no dia 20 de outubro de 1916. Com isso, de acordo com Fraga (2016, p. 33) “dos 48.000km² que estavam em contestação, 28.000km² ficaram para o estado de Santa Catarina enquanto os outros 20.000km² restantes ficaram para o estado Paraná”.

O conflito foi responsável pela morte de milhares de caboclos, originando a partir da história oficial a narrativa - que fundamenta o verdadeiro genocídio ocorrido no Contestado -, e que desqualifica e estigmatiza essa população até os dias atuais, desdobrando-se também no conflito ainda existente em torno apropriação da terra-território e que se desdobra nas condições de existência social da população trabalhadora do Contestado, conforme discutiremos na sequência ao analisar um conjunto de indicadores socioeconômicos. Ainda nas reflexões de Fraga (2016) o que ocorreu foi uma verdadeira limpeza étnica, sendo, sem dúvida, um dos maiores conflitos ocorridos na América, seguido por mais de 100 anos de completo silêncio.

**A GUERRA CONTINUA NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO E EM UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ**

O Planalto Norte catarinense e o Sudeste paranaense têm na Guerra do Contestado (1912-1916) seu principal fator de identificação e estruturação no espaço-tempo. Em suma, este território nunca esteve próximo dos parâmetros econômicos dos demais municípios que compõe seus respectivos estados, mas a tentativa de integrá-lo a hegemonia do capitalismo, que estava a se consolidar no país, levou a um conflito por terra-território, dizimando e estigmatizando grande parte da população local, transformando essas terras em um campo de guerra, de modo que “cem anos depois, as políticas públicas catarinenses e paranaenses não conseguiram incorporar socioeconomicamente o Planalto Norte catarinense e o Sudeste paranaense, [...] que ainda vivem em guerra (Fraga 2016, p. 30).

O Contestado ainda tem sua realidade duramente atravessada pela pobreza, refletindo nos dados relacionados a educação, renda e trabalho, e apesar da entrada de atividades em novos ramos, suas principais atividades econômicas seguem sendo a madeira, a erva-mate e as atividades agropecuárias, fortalecendo ainda mais as disputas em torno da terra e consolidando os “coronéis” da região.

Para a realização das atividades de campo, fez-se necessário uma verticalização, originando um estudo de caso. Foi selecionado o bairro São Sebastião, um bairro periférico, localizado nas bordas em relação à área central do município de União da Vitória, onde residem cerca de 2.374 pessoas, em 1.013 domicílios, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

No Contestado os conflitos em torno da terra-território se mantêm desde a guerra, se reproduzindo em todo território compreendido entre o Planalto Norte catarinense e o Sudeste paranaense, na terra Contestada, sendo essa realidade ainda mais agravada nas regiões/bairros periféricos, como o bairro São Sebastião, onde o descaso público, o avanço da especulação imobiliária, a pobreza e os estigmas deixados pela guerra são presentes, em vista disso, defendemos que a guerra permanece.

O bairro São Sebastião localiza-se a cerca de 6km do centro da cidade; não possui empresas e fábricas, apenas pequenos comércios, condição que obriga os trabalhadores a se deslocarem todos os dias para trabalhar em outros bairros. A população é formada, em sua maioria, por trabalhadores da indústria da transformação e de empregos informais, atravessada pela pobreza, estigmas relacionados à violência e pelo esquecimento do poder público. Apenas a rua principal do bairro é asfaltada, as demais ruas não são pavimentadas e com frequência estão em péssimas condições de trafegabilidade. O deslocamento dos trabalhadores também é dificultado quando da ocorrência de inundações provocadas pelo aumento do nível do rio Iguaçu, pois os dois principais acessos, em relação aos locais de trabalho dos trabalhadores, se tornam parcialmente ou até mesmo completamente inacessíveis. O bairro também apresenta problemas relacionados ao acesso à saúde, já que dispõe de apenas um médico, e à educação infantil, já que o CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil não tem berçário, o que obriga seus residentes a matricularem as crianças em escolas de bairros vizinhos.

Além disso, há um estigma de que o bairro seria violento e formado por uma população perigosa, essa narrativa acompanha o processo de formação do bairro, que hoje se localiza nas bordas da área urbana municipal, e que tem sua ocupação constituída pela existência desde, pelo menos o início do século XX, de pequenas e médias propriedades rurais que foram se transformando em lotes urbanos, sobretudo, pelo processo de avanço da especulação imobiliária. Atualmente o bairro apresenta uma popularização de imóveis do tipo germinado, que se tornam um pouco mais compatíveis à renda da população, mas negam qualquer tipo de reprodução de costumes locais, como as pequenas hortas.

O bairro é cortado pela Rua Francisco Caus e pela Avenida Paula Freitas (está margeia a antiga ferrovia São Paulo – Rio Grande), ao se dar a intersecção das duas vias o bairro é separado em duas partes, moradores de um lado e de outro da avenida, assim formando uma “Encruzilhada” (antiga denominação da localidade), os moradores mais antigos relatam que em tempos passados existia atritos entres os moradores dos dois lados do bairro, sendo que estes atritos, por vezes, se desdobram em conflitos, discussões, brigas, estigmatizando, ainda hoje, sua população como violenta/perigosa.

Conciliando-se aos números municipais (que discutiremos na sequência), seus residentes em maioria são ocupados nos setores do comércio, indústria da transformação e informalidade, onde dia após dia submetem sua força de trabalho a salários baixíssimos a fim de garantir condições mínimas de existência. Esses trabalhadores já residiram no campo, em terras próprias ou não, mas migraram para o espaço urbano por diversos motivos, sendo o principal as dificuldades para permanecer num campo cada vez mais tecnificado, monocultural e concentrado, assim, em busca dessas melhores condições relatam migrações em torno desse território, mas hoje sonham em reaver ou conquistar seu próprio “pedaço de chão”.

Essa população pouco sabe sobre a Guerra do Contestado, apesar de reconhecerem a figura do Monge João Maria, dado os pontos turísticos em sua homenagem existentes na região, mas vivem na pele as heranças da Guerra que ainda assola esse território.

O município de União da Vitória, Paraná, onde localiza-se o bairro São Sebasstião, com cerca de 55mil habitantes (IBGE, 2022), possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH-M e 0,740 (IBGE, 2010), tendo os seguintes componentes: IDH-M Educação (0,680); IDH-M Renda (0,713); IDH-M Longevidade (0,837).

Tratando-se da média entre os indicadores de educação, longevidade e renda, o IDH-M vai de 0 à 1, sendo 0 o mais baixo e 1 o mais alto, contendo uma escala que classifica esse índice em; muito baixo (0 a 0,499); baixo (0,500 a 0,599); médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1).

Ao analisarmos os dados, podemos deduzir que o IDH-M do município de União da Vitoria, Paraná, que é de 0,740 está na faixa considerada alta. Entretanto, ao segmentar os dados que formam essa média, percebemos que o índice referente a educação é de apenas 0,680, que está na faixa média. Esses números nos apresentam uma situação quanto ao acesso à educação/escolarização, e se tornam alarmantes ao percebemos que segundo os dados de 2010 disponibilizados na plataforma Atlas Brasil a proporção de crianças e adolescentes que frequentam ou se formaram vai diminuindo conforme a passagem do Ensino Fundamental - anos finais ao Ensino Médio, como expresso no quadro a seguir:

**Quadro 1 - Percentual de crianças e adolescentes que frequentam e/ou se formaram nos diferentes níveis da educação básica no município de União da Vitoria – 2010**

|  |  |
| --- | --- |
| **De 11 a 13 anos nos anos finais do Ensino Fundamental** | 91,45 |
| **De 15 a 17 anos que concluíram o Ensino Fundamental** | 67,58 |
| **De 18 a 20 anos que concluíram o Ensino Médio** | 51,91 |

Fonte: Atlas Brasil (2010). Org.: Sandra Cristina Sonnenstrahl, 2024.

Ainda sobre educação podemos analisar os dados referentes ao analfabetismo, como destaca-se no quadro 2.

**Quadro 2 - Taxa de analfabetismo e conclusão do Ensino Fundamental, Médio e Superior na população com 25 anos ou mais no município de União da Vitória – 2010**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Analfabetos** | **Ensino fundamental completo** | **Ensino médio completo** | **Ensino superior completo** |
| 5,08 | 50,77 | 32,97 | 12,54 |

Fonte: Atlas Brasil (2010). Org.: Sandra Cristina Sonnenstrahl, 2024.

Apresentando uma importante diminuição de jovens que continuam os estudos chegando a concluir uma graduação, esses números certamente são ainda mais elevados nas gerações anteriores. Corrobora com essa afirmação, os dados obtidos em campo, quando pudemos constatar que os entrevistados, todos com mais de 50 anos, residiam no campo quando estavam em idade escolar, quanto a escolaridade, são analfabetos ou estudaram apenas até 4ª série, tendo enquanto motivação para a não continuidade dos estudos, as dificuldades de acesso a escolarização em áreas rurais e a necessidade de ajudar nas atividades familiares no campo, como é relatado pela entrevistada 2.

Era todas as turmas numa sala, com uma professora só, eu era a melhor da turma, então ficava cuidando do neném da professora pra ela dar aula... eu recebi a proposta de estudar no convento na cidade, mas era caro e o pai precisava de ajuda na roça... queria ter estudado mais (Entrevistada 2, 2024).

O desejo de ter tido a oportunidade de estudar mais, ou até mesmo de voltar a estudar atualmente ficou evidente nos diálogos com os entrevistados, mas adjetivos como “velho/a” e “burro/a” perseguiam esse desejo, apresentando uma triste autodesqualificação por parte dos entrevistados, que, no entanto, encontra correspondência numa narrativa que permanece desde a guerra e que desqualifica a população trabalhadora no Contestado.

O não acesso à educação se desdobra em outras condições estruturais como a falta de oportunidades de emprego e consequentemente de renda, situação que se materializa nos dados de vulnerabilidade, renda e trabalho.

Os dados mais recentes sobre a taxa de pobreza ainda se vinculam àqueles levantados no Censo Demográfico do IBGE (2010), quando o salário-mínimo era de R$510,00. Neste cenário, os considerados pobres tinham renda igual ou inferior a R$140,00, enquanto os vulneráveis à pobreza tinham renda de até meio salário-mínimo, que na época representava o valor de R$255,00. Em União da Vitória esses dados se mostram preocupantes, já que quase ¼ da população se encontrava vulnerável à pobreza recebendo cerca de R$164,87 e quase 10% estavam na linha da pobreza recebendo cerca de R$94,92, nos indicando uma realidade onde muitos eram/são impossibilitados de garantir mínimas condições de existência. Já sobre o Cadastro Único (CadÚnico), em 2022 cerca de 38,58% da população do município de União da Vitoria, Paraná, eram cadastradas e precisavam de algum tipo de atendimento de programas sociais promovidos pelo Governo Federal, segundo dados do Ministério da Cidadania e da Secretária Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Enquanto os números do Índice de Gini ou Coeficiente de Gini presentes também no site Atlas Brasil com dados do ano de 2010 traz o índice de 0,48, sendo que a escala vai de 0 à 1, com 0 referindo-se a nenhuma desigualdade renda, enquanto 1 refere-se a uma maior desigualdade de renda.

Essas condições de renda e desigualdade se desdobram enquanto possíveis consequências de um quadro de problemas relacionados a oportunidades de emprego, levando em consideração que boa parte da atividade econômica do município se concentra na indústria da transformação, com os famosos “Coronéis da madeira” permanecendo fortes nesse território, onde é exigido um trabalho majoritariamente braçal e que, por consequência, emprega mais trabalhadores homens. Além disso, as jornadas de trabalho são exaustivas, os trabalhadores recebem remuneração aquém daquilo que é necessário para reproduzir as condições de existência, a sociabilidade é inviabilizada ante a rotina de trabalho, realidade que se apresenta enquanto padrão após a entrada do capital estrangeiro e a imposição da lógica capitalista no cenário anterior à Guerra do Contestado e que provoca este conflito. Sobre a dinâmica de trabalho, uma entrevistada destaca:

Eu e meu marido trabalhávamos 12 horas por dia, de segunda à sábado “por baixo dos panos” pra conseguir sustentar a casa, era o único jeito de ganhar mais... deixei de passar tempo com minha família, aproveitar feriados e os fins de semana, cuidar de mim, domingo era o único dia que eu tinha, e eu precisava cuidar da casa (Entrevistada 5, 2024).

Relatando uma jornada de trabalho excedente, a entrevistada ainda apresenta sua dupla jornada, ao relatar que além das funções exercidas no emprego, era responsável pelas atividades de cunho doméstico, onde abdicava de seu lazer, autocuidado, do tempo com a família e muito provavelmente de seu tempo de descanso.

Podemos pontuar que dado o cenário também se cria um ambiente onde determinados grupos de trabalhadores deixam de ser vistos ou “desejados” pelo mercado de trabalho. Sobre isso, de acordo com o IBGE (2010) os números sobre o mercado de trabalho em União da Vitória podem ser organizados da seguinte maneira: trabalhadores ocupados no mercado formal (42,66%); trabalhadores ocupados informalmente (20,82%); trabalhadores inativos (31,93%); trabalhadores desocupados (4,59%).

Os números reforçam a alegação sobre o considerável número de trabalhadores informais no município, o que também se torna evidente no relato da Entrevistada 3 (2024), “quando cheguei [na cidade], precisava terminar de criar meus filhos, tinha separado, não sei ler, nem escrever, nada, nada [...] ninguém queria me chamar pra trabalhar, aí comecei trabalhar de diarista, sabe? Por conta, faço faxina e recebo por dia”. Muitos ainda alegam que na informalidade são capazes de receber mais, apesar de muitas vezes não terem seus direitos garantidos por lei.

Ao ser questionada sobre em que já trabalhou ao longo de sua vida, a entrevistada 5 fala da sua trajetória, revelando ter ajudado a família no campo, ter ficado responsável pelas atividades domésticas quando seus responsáveis passaram a trabalhar de forma assalariada, e um importante ponto quanto a necessidade de precisar trabalhar antes da idade adequada “comecei a trabalhar com 14 - 15 anos em uma fábrica, a gente tinha recém se mudado, precisava de dinheiro, aí a gente, eu e meus irmãos começamos a trabalhar junto com nossos pais, não que a gente não trabalhasse antes, mas ali tinha salário (Entrevistada, 5, 2024).

Dada as condições financeiras e algumas configurações familiares, é comum que menores de idade passem a trabalhar, a fim de complementar a renda ou até mesmo se tornem os principais provedor do núcleo familiar. No município de União da Vitória a ocupação de pessoas de 10 a 17 anos tinha a seguinte configuração, de acordo com IBGE (2010): 3,3% das pessoas de 10 a 13 anos; 7,1% daqueles com idade entre 14 e 15 anos e 24,4% com idade entre 16 e 17 anos.

Estes percentuais, no que diz respeito à ocupação das pessoas de 10 a 17 anos de idade, se fragmentam da seguinte maneira: 18,8% vinculam-se à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; 24,2% ao comércio e 48,3% em outras atividades (IBGE, 2010).

O Censo Demográfico de 2010 ainda sistematiza os números sobre a situação de alfabetização das pessoas de 10 a 17 anos, onde cerca de 1,4% dessa população é analfabeta enquanto 7,4% não frequentavam a escola.

Já sobre o percentual de ocupados com 18 anos ou mais no município de União da Vitória podemos seccionar os números da seguinte maneira:

**Quadro 3 - Percentual de ocupados em diferentes setores da economia no município de União da Vitória – 2010**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Serviços | Comércio | Indústria da transformação | Setor agropecuário | Construção | Demais setores |
| 43,00 | 18,73 | 14,79 | 10,08 | 9,00 | 4,4 |

Fonte: Atlas Brasil (2010). Org.: Sandra Cristina Sonnenstrahl, 2024.

Sobre as condições de trabalho, torna-se importante salientar que todo tipo de atividade traz algum tipo de risco a saúde, todavia esse risco se torna mais representativo em atividades agropecuárias e na indústria da transformação, onde há exposição a insalubridade, maquinários, altura, altas temperaturas e assim por diante, tornando-se importante salientar os dados sobre a ocorrência de acidentes de trabalho no município.

**Quadro 4 – Estatísticas de acidentes de trabalho municipal, União da Vitória – 2020/2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Com CAT[[4]](#footnote-4) registrada** | **Sem CAT registrada** | **Óbitos** |
| **2020** | 139 | 21 | 4 |
| **2021** | 175 | 35 | 1 |

Fonte: Ministério da Previdência Social (2020-2021). Org: Sandra Cristina Sonnenstrahl (2024).

Mesmo existindo diversas normativas sobre uso de Equipamentos de Proteção Individual, os EPI´s e segurança no trabalho, muitos trabalhadores não recebem as instruções adequadas quanto ao seu uso, ou tais equipamentos não são disponibilizados pelo empregador, ou ainda as máquinas utilizadas são inadequadas e sem manutenção, levando a ocorrência de acidentes que por muitas vezes podem ser fatais. As estatísticas sobre acidentes de trabalho no município de União da Vitória se desdobram em:

**Quadro 5 – Motivos dos acidentes de trabalho em União da Vitória – 2020/2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Típico (no ambiente de trabalho)** | **Trajeto** | **Doença de trabalho** |
| **2020** | 116 | 22 | 1 |
| **2021** | 139 | 35 | 1 |

Fonte: Ministério da Previdência Social (2020-2021). Org: Sandra Cristina Sonnenstrahl (2024).

Todos os entrevistados relataram terem sofrido acidentes de trabalho ou adquirido problemas de saúde relacionados às condições dessas atividades, sendo os mais perceptíveis e ou comuns: perda de membros; problemas na coluna e ou articulações resultantes de atividades repetitivas ou esforço físico; rompimento de ligamentos e tendões e deslocamento de articulações; alergias motivadas por contato com produtos tóxicos e ou situações de estresse; e problemas respiratórios por contato com pó e produtos tóxicos. Essas situações diminuem significativamente a qualidade de vida desses trabalhadores impactando também na condição de reprodução social, uma vez que se tornam impossibilitados de trabalhar. Assim, compreendermos que a dinâmica do trabalho na atualidade tem relação com o processo que segue desde a Guerra do Contestado, “ou seja, o fim da guerra não foi capaz de solucionar os problemas socioeconômicos, ao contrário 110 anos após o fim do conflito há um agravamento no sentido da precariedade das condições de vida da população” (Gemelli; Fonseca; Dalpra, 2022, p. 23).

Um dos trabalhadores entrevistados relata que sofreu três acidentes de trabalho ao longo da sua vida, num deles perdeu parte dos dedos de uma mão quando trabalhava numa fábrica de portas localizada no bairro São Sebastião. Ao ser questionado se conhece outros trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho, respondeu, “Nossa Senhora, nem me fale, aqui nessa firma [onde sofreu o último acidente de trabalho] era um, dois por dia quase, porque era tudo mal organizado, eles não sabiam administrar, tinha dia que eu trabalhava pra cinco, seis pessoas [...] meu Deus do céu, era coisa de louco [...]” (Entrevistado 1, 2024)

Na sequência, o entrevistado destacou que o mais comum na indústria das madeiras são os acidentes nos membros superiores, sobre isso, diz “cortar dedo, a maioria dos dedos, a gente trabalhava com faca e coisarada, era dedo machucado”. Ao ser interrogado sobre as causas de tantos acidentes, relata, “é desorganizado, mal preparado, as máquinas tudo recapeada que eles mesmo faziam, montavam ali as máquinas, não era uma máquina mesmo bem-feita, de fábrica, pra não ter perigo”. Sobre a responsabilização pelo acidente, o entrevistado é enfático “sempre o mais fraco é o culpado, eles [empresas] nunca tem culpa, eles não aceitam” (Entrevistado 1, 2024).

Em uma tentativa de implementar nesse território, rico em madeira e erva-mate, a lógica capitalista, qualquer outra lógica de existência foi negada, levando ao genocídio de milhares, negativa essa que permanece até os dias atuais com a mercantilização da terra e os processos de especulação imobiliária que negam o acesso à terra a maioria dos residentes nesse território, tornando-se importante a análise de dados fundiários.

**Tabela 1 - Estrutura Fundiária em União da Vitória - 2017**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Classes de Área (ha)** | **Nº imóveis** | **Imóveis (%)** | **Área dos imóveis (ha)** | **Área dos imóveis (%)** |
| Até 10 | 330 | 41,88 | 1.556 | 3,30 |
| 10 a 50 | 356 | 45,18 | 7.880 | 16,74 |
| 50 a 100 | 49 | 6,22 | 3.410 | 7,24 |
| 100 a 200 | 16 | 2,03 | 2.296 | 4,88 |
| 200 a 500 | 23 | 2,92 | 6.857 | 14,56 |
| 500 a 2.500 | 13 | 1,64 | 15.142 | 32,16 |
| Mais de 2.500 | 1 | 0,13 | 9.943 | 21,12 |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017). Org.: Sandra Cristina Sonnenstrahl, 2023.

A partir desses dados percebemos que as 788 propriedades rurais presentes no município de União da Vitória ocupam cerca de 47.084 hectares, entretanto, esta área não é distribuída de forma proporcional. Assim, 41,88% dessas propriedades rurais, cerca de 330 pequenas propriedades com até 10 hectares, ocupam apenas 3,30% das áreas destinadas a agropecuária. Em contrapartida, há 32,16% de área destinada a agropecuária ocupada por apenas 13 propriedades com área superior a 500 hectares. Há também 20% da área total ocupada por apenas uma propriedade que possui 9.943 hectares.

Sobre o acesso/negação no acesso à terra aos trabalhadores, um entrevistado, hoje com 76 anos de idade, relata nunca ter tido terra própria, “sempre [trabalhei] em terreno dos outros, lá [em Concórdia, onde morou após casar] a terra era cara, [...] tava na base de 10 mil ou mais o alqueire [há mais ou menos 40 anos] então não tinha como comprar terra, podia até comprar, mas daí ia muito tempo [pra pagar] (Entrevistado 1, 2024).

Outra trabalhadora entrevistada que no momento da entrevista tinha 60 anos de idade também compartilha de uma história parecida com aquela do Entrevistado 1, assim diz, “eu casei, daí nunca mais tive terra, a terra era sempre dos outro e nunca nossa, e como eu adoeci bastante, o pouco que a gente tinha, tinha que botar fora pra pagar médico, a terra era cara, nunca dava pra comprar, aí começou vim as criança! Eram três pra cuidar” (Entrevistada 2, 2024.

Compreendemos que, ao transformar a terra em mercadoria e meio de diferenciação social, nega-se a reprodução de distintas lógicas de existência, obrigando determinados grupos sociais a se submeterem à lógica do capital, vendendo sua força de trabalho de forma precarizada e agravando a condição de reprodução social, como percebemos junto aos trabalhadores entrevistados no bairro São Sebastião, de modo que “a terra concentrada [...] provoca desdobramentos às condições de vida, de trabalho e de acesso à educação para o conjunto da população trabalhadora (Gemelli; Fonseca; Dalpra, 2022, p. 23).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O silenciamento e o esquecimento são marcas do pós-guerra e foram responsáveis por apagar muitas das memórias do conflito, isso porque, a Guerra do Contestado, foi assunto proibido nos mais diversos lugares nas casas da população da região e nas escolas e universidades. Com isso, muito do material escrito e documentado, sobretudo, até a primeira metade do século XX, é resultado de publicações de militares que apresentam a leitura de uma história tida como oficial. Assim, não há dúvida que muito do que realmente aconteceu já se perdeu. Por isso, entendemos que a realização dessa pesquisa contribui com a atualização epistemológica dos processos ocorridos temporalmente no Contestado.

Nesse contexto, buscamos analisar as dinâmicas territoriais que se estabeleceram/estabelecem no Contestado, construindo, para tanto, uma análise contra hegemônica pautada na centralidade da terra, do território e a partir, sobretudo, dos trabalhadores e das trabalhadoras, das suas histórias e trajetórias de vida e de trabalho que se inserem na estrutura econômica e social do fazer capitalista. Para tanto, verticalizamos as análises no bairro São Sebastião em União da Vitória, em que boa parte da sua população tem/teve ligação com o campo e com o trabalho na indústria da madeira, seja na condição de trabalhadores rurais (plantio, manutenção e corte de madeira, tanto a nativa, quanto a plantada) ou na condição de trabalhadores urbanos nas serrarias e madeireiras.

Em vista dos das leituras realizadas, dos dados analisados e dos diálogos com os trabalhadores, concluímos que os desdobramentos da Guerra do Contestado permanecem conformando a totalidade dos processos e relações que marcam a existência social dos trabalhadores do bairro São Sebastião. É possível afirmar, que as histórias e trajetórias destes trabalhadores não se dissociam dos processos de formação territorial, de apropriação da terra e de transformação do território, de modo que a superação da condição de precarização que marca suas vidas só é possível com o fim da guerra, ou seja, com justiça territorial, quando terra, trabalho e vida não forem pautados pela lógica do mercado capitalista.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FRAGA, Nilson Cesar. A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida (in) certezas sobre o mundo caboclo. In. FOETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). **Geografia do Contestado**: 50 anos de fazer geográfico. Curitiba: Íthala, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **Anais** do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Editora da UB, v. 1. p. 1-22, 2012.

[GEMELLI, Diane Daniela](http://lattes.cnpq.br/8078963067579131); FONSECA, Silas Rafael; DALPRA, Taís. Debora. Indicadores socioeconômicos e dinâmica agrária no Contestado paranaense: um estudo de caso da microrregião de União da Vitória. In: **Anais** do XVI Simpósio de Geografia, 2022, União da Vitória. Anais do XVI Simpósio de Geografia, 2022. p. 6-24

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados estatísticos.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Vários acessos.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Banco de dados do estado**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br>. Vários acessos.

ROCHA, Milliann Carla Strona de Godoy. **A guerra no contestado em defesa de um modo de vida:** análise da construção dos laços sociais entre os caboclos (1912-1916). (Dissertação em História). Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RODRIGUES, Rogério Rosa et al. **Os sertões catarinenses:** embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. (Dissertação em História). Programa de Pós-Graduação em História. Da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária, por meio de bolsa concedida à estudante Sandra Sonnenstrahl. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Adjunta do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Foram realizadas 5 entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores do bairro, todos eles trabalharam ou trabalham em atividades vinculadas à indústria da madeira, também possuem em suas trajetórias laborais inserções no campo, entretanto, nunca possuíram terra ou perderam o acesso migrando para a cidade, portanto, são trabalhadores marcados pela interdição no acesso à terra. Dada a limitação de páginas deste artigo, outras análises mais aprofundadas sobre estas entrevistas serão problematizadas em outras publicações. [↑](#footnote-ref-3)
4. CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho. [↑](#footnote-ref-4)